

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA(S)

Nº 002/2024

O Presidente da Câmara Municipal de Baraúna-RN, no uso de suas atribuições legais, baseada no que confere a Lei Orgânica do Município.

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 571/2017 e a Portaria nº 034/2019, que regulamenta a concessão de diárias aos Vereadores e Servidores do Poder Legislativo em viagens oficiais.

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida:

Ao Sr(a) FRANCISCA HELENA DE OLIVEIRA REBOUÇAS COSTA, a(s) diária(s) para custear despesas destinadas à cobertura de gastos com alimentação, locomoção e hospedagem, conforme dispõe da Resolução do TCE/RN, durante seu deslocamento, especificado a baixo:

DADO(S) DA(S) DIARIA(S):

Nome do Requirante: FRANCISCA HELENA DE OLIVEIRA REBOUÇAS COSTA		
Matrícula: 477	Cargo/Função: VEREADORA	CPF: 702.671.624-72
Comparecer no dia 05/03/2024 e 07/03/2024 a FECAM/RN para reunião e tratar com assessoria técnica sobre assuntos da Câmara e utilização do apoio físico e instalações. E nos dias 06 e 07/03/2024 ao Gab do Dep Ivanilson Oliveira para tratar de assuntos pertinentes ao município de Baraúna		
Local de destino: FECAM - RN / ASSEMBLEIA LEGISLATIVA RN	Cidade de destino: NATAL/RN	Meio de transporte utilizado: Veículo Oficial
Data e horário de saída: 05/03/2024 - 05:00 horas	Data e horário de chegada: 07/03/2024 - 18:00 horas	
Código e Nome do Banco: 001 -BANCO DO BRASIL	Agencia: 2828-2	Número da Conta: 5.491-7
Quantidade de diárias 03	Valor Unitário 300,00	Valor Total 900,00

Art. 2º - O servidor ou agente público que tenha recebido o valor correspondente às diárias, deverá apresentar comprovação do cumprimento dos objetivos constantes na concessão original, mediante exibição relatório de viagem, de documentação hábil para comprovar a efetiva ocorrência do afastamento, atendendo assim as disposições contidas na Resolução do TCE/RN.

Parágrafo Único – Caso o(a) servidor(a) não apresente a documentação constante no caput do presente artigo, ficará impedido(a) de receber nova(s) diária(s), enquanto perdurar a irregularidade de natureza material e, passando 30(trinta) dias após o retorno sem qualquer exibição das comprovações exigidas, deverá restituí-la(s), cabendo ainda ao Setor Financeiro promover o encaminhamento de notícia-fato à Controladoria Geral que adotará as medidas aplicáveis à espécie, especialmente a definida no inciso da Resolução do TCE/RN.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se,

Baraúna-RN, 01/03/2024.

FABRICIO DE SOUSA CARVALHO
Presidente
CPF: 011.229.664-58